

Eleições no HU: queremos paridade

O Jornal do SINTUF RJ teve acesso à proposta de regulamento para a consulta à comunidade que indicará o novo diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Pela proposta os docentes teriam peso de 50%, funcionários 30% e estudantes 20%. Nesta segunda-feira há reunião do Conselho de Administração do HUCCF para definir o assunto. O reitor Aloísio Teixeira não esteve na reunião passada, mas deseja estar presente nesta definição. O SINTUF RJ vai defender a paridade e eleições diretas, sem lista triplíce. *Página 6*

UFRJ JÁ ESTÁ EM GREVE

Assembléia será nesta quinta-feira, dia 25, às 14h, no Quinhentão

Os funcionários da UFRJ decidiram aderir à greve por tempo indeterminado, de acordo com o que aprovou a plenária nacional da Fasu-bra. A greve é para garantir recursos para a implantação da segunda etapa do Plano de Carreira, resolver os problemas criados pelo VBC,

entre outras reivindicações. A vitória do movimento depende da mobilização. A hora é de arregaçar as mangas e se envolver nas atividades da greve. O Comando Local de Greve está aberto à participação de toda a categoria. *Páginas 4 e 5*

A crise chega às ruas

Terça, 16 de agosto



Quarta, 17 de agosto



Duas manifestações de rua ocuparam a Esplanada dos Ministérios na semana passada. A motivação central era a luta contra a corrupção, mas havia diferenças de enfoque. O protesto de terça, 16, convocado pela CUT, UNE e MST, preservava a figura do presidente Lula e denunciava a ação de forças interessadas na desestabilização do governo. O protesto de quarta-feira, 17, convocado pelo PSTU, PSOL, Conlutas, entre outros, responsabilizava o PT e Lula pela crise. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que vinha se mantendo longe da crise até o momento, acabou sendo envolvido na sexta-feira passada. O promotor de Ribeirão Preto, Sebastião Sérgio da Silveira, informou que o advogado Rogério Buratti disse que o ministro recebia propina no valor R\$ 50 mil por mês da empreiteira Leão Leão quando era prefeito da cidade paulista. Buratti foi secretário de Governo de Palocci quando este ministro era prefeito de Ribeirão Preto. As denúncias foram feitas quando Palocci visitava a Petrobras, no Rio. Ele negou todas. Palocci é o homem que comanda a política econômica do governo. *Página 7*

Seminário prepara para conferência municipal

Nos dias 23 e 24 de agosto será realizado o segundo Seminário Preparatório para a Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador que terá como tema "Como incorporar a saúde dos Trabalhadores(as) nas políticas de Desenvolvimento Sustentável do País". A I Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador será realizada nos dias 6, 7 e 8 de setembro. Nos dias 10 e 11 foi realizado o primeiro seminário no Centro Integrado de Atendimento ao Deficiente Mestre Candeia (CIAD), no Rio, no qual foi debatida a ação do Estado na saúde do trabalhador.

No seminário o grupo – integrado por Cristina Strauss (Núcleo de Saúde do Trabalhador – NUSAT), Michelle Moraes (Projeto Políticas Públicas de Saúde da UERJ) e Huascar da Costa Filho (SINTUFRJ) – debateu e propôs algumas questões. O fortalecimento da participação dos trabalhadores e a necessidade de formação de recursos humanos na área de saúde do trabalhador foram algumas das propostas levanta-

das. O SINTUFRJ apresentou também o Projeto Piloto de Saúde do Trabalhador, feito em parceria com a UFRJ e a Fiocruz.

Propostas

O grupo ainda propôs a fiscalização nas empresas, juntamente com os sindicatos, para que seja garantido a atenção à saúde do trabalhador e não somente ao atendimento dos interesses das empresas. Na análise do grupo, a liberação de recursos, parados desde 2002, para os projetos propostos pelos Pólos de Educação Permanente em Saúde (PEPS) e o fortalecimento da participação de trabalhadores e outros sindicatos nessas entidades são fundamentais para garantir uma discussão ampliada sobre saúde do trabalhador.

Por fim, foi debatida a implementação de políticas que orientem o cumprimento da segurança/saúde do trabalhador entre contratantes e contratados. O grupo considerou que é preciso constar nos editais de licitação para prestação de serviços a exi-

gência da fiscalização do ambiente de trabalho, para que sejam estabelecidas as normas necessárias para a segurança do trabalhador.

Na primeira mesa do seminário, *Integralidade na Saúde*, discutiu-se, entre outras questões, a crise da saúde no Rio de Janeiro, devido à má gestão da Prefeitura, e a importância da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e as formas de melhorá-lo. Na parte da tarde o SUS voltou a ser discutido, assim como a implantação do Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUSAT) e do Centro de Referência para o Controle da Exposição ao Ruído (CERER) nos ambientes de trabalho, em atenção interdisciplinar aos trabalhadores vítimas de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. O segundo dia do seminário preparatório foi pautado por trabalhos em grupo, em que houve a leitura da introdução do Documento Base para a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, Políticas de Integralidade das Ações em Saúde do Trabalhador.



Foto: Fábio Portugal

MARIZA RUSSO foi fundamental para a criação do curso

Novo curso na UFRJ

Foi lançado na quarta, dia 17, o Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Um grupo formado por bibliotecários e docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou e implantou o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na Universidade. A nova carreira, que será centrada na gestão em unidades de informação, surgiu do interesse de bibliotecários em repassar a experiência de mais de vinte anos de trabalho dentro da UFRJ. O curso tem 30 vagas para o ano letivo de 2006 e o início das aulas será no segundo semestre.

De acordo com a coordenadora da comissão de implantação do curso, Mariza Russo, os recém-formados em biblioteconomia não possuíam as habilidades exigidas pelo atual mercado de trabalho. "Falta o perfil proativo nesses formandos. Foi aí que percebemos que podíamos preencher tais lacunas, implantando um curso no qual estas deficiências fossem supridas", explicou a coordenadora, que acrescentou que o enfoque dado pelo curso é diferenciado dos 38 cursos existentes no país.

LUIZ AFONSO SE RECUPERA

O pró-reitor Luiz Afonso Mariz encontra-se internado desde 13 de agosto em virtude de um acidente de automóvel. Segundo a assessoria de comunicação da UFRJ, seu quadro clínico ainda inspira cuidados, porém está estável. Ele vem respondendo bem ao tratamento e seu pleno restabelecimento é uma questão de tempo.

SUBSEDE DO IFCS

Atenção unidades da UFRJ do Centro da Cidade: a subsede do IFCS estará nesta segunda-feira, dia 22, retomando seu atendimento no horário das 10h às 16h.

FUTEBOL DOS SERVIDORES 2005

Os servidores interessados em participar do II Campeonato de Futebol, em especial os representantes das equipes inscritas em 2004, devem comparecer à reunião que será realizada dia 23, terça-feira, às 13h, no auditório da EBA 702, 7º andar, prédio da Reitoria. Para mais informações entrar em contato com Nelson Vial nos telefones 2598-9614, 2598-9615 e 2598-9616 ou pelo e-mail nvial@sr4.ufrj.br.

BIOÉTICA

Após o sucesso do Ciclo de Debates realizado no Fórum de Ciência e Cultura prossegue o curso de Bioética aplicada a seres humanos. Nesta segunda, 22, às 8h 30, no Nesc, Ilha do Fundão.

RECADASTRAMENTO NO SINTUFRJ

Os sindicalizados do SINTUFRJ já podem proceder ao pedido de recadastramento direto pela página do SINTUFRJ na internet – www.sintufrj.org.br. Os sindicalizados poderão atualizar seus dados e escolher em qual das sede/subsedes quer retirar sua nova carteirinha. Os sindicalizados aposentados e pensionistas que moram fora da cidade do Rio de Janeiro receberão em casa a carteira e o guia com os convênios.

NOVAS ADESÕES AO PLANO DE SAÚDE AMIL

Estarão abertas novas adesões ao plano de saúde Amil no período de 1º a 20 de setembro.

Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Convênios pelo telefone 2270-5268.

Congregação discute paridade

Foto: Niko Júnior

A comunidade da Faculdade Nacional de Direito, que enfrentou o arbítrio do ex-diretor Armênio Albino da Cruz, luta pela recuperação da democracia na unidade. O momento é de construção, porque a eleição para a nova direção está marcada para setembro e a comunidade quer discutir a realização de uma pesquisa paritária. No entanto, a primeira reunião da Congregação da unidade não bateu o martelo sobre o regimento da pesquisa, uma proposta elaborada pela Comissão Eleitoral que garante a paridade. O assunto ficou para a próxima reunião.

Enquanto isso, a comunidade tenta procurar uma unidade. Mas a própria reunião da Congregação, cujo quórum não foi expressivo, serviu como um termômetro das dificuldades a serem superadas pelos três segmentos. A discussão sobre a proposta de regimento parou no 2º ponto, o que trata dos candidatos; o documento contém 12 no total. E para piorar, a situação dos integrantes da Comissão Eleitoral, os professores Mauro Osório da Silva e Margarida Lacombe pediram afastamento por razões pessoais.

Na discussão, os funcionários que querem um processo livre e defendem a paridade junto com os estudantes protestaram na reunião por conta da centralização da discussão entre os outros dois segmentos. Eles avaliaram que os estudantes estavam forçando as regras para benefício do seu candidato. Por isso, se retiraram da reunião da Congregação, que acabou sendo suspensa por falta de quórum.

“Nós já decidimos que não faremos campanha para nenhum candidato. A escolha dos funcionários será livre. E o que ocorreu na reunião foi que a discussão durou três horas só para definir se o candidato deveria ou não ter dedicação exclusiva, porque os



FACULDADE DE DIREITO. Comunidade luta para avançar no processo de redemocratização da unidade

estudantes estavam defendendo o interesse de seu candidato. Mudou-se então o texto que havíamos aprovado anteriormente, sem o nosso aval”, explicou Ana Paula de Paula, representante dos funcionários na Comissão Eleitoral.

Os estudantes, por sua vez, afirmaram que não houve por parte deles a defesa dos interesses de ninguém. O seu objetivo principal era a aprovação da paridade. “O que estamos vivendo é um movimento para resgatar a democracia na Faculdade. Os funcionários, assim como os estudantes, foram fundamentais em todo o processo. Agora, estamos lutando por uma eleição paritária, e o que parece é que tem gente que não quer. A reunião da Congregação foi esvaziada e a discussão desviada. Houve um boicote para não definir a paridade”, afirmou Fernanda Lage, representante dos estudantes na Congregação e integrante do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito.

O diretor da Faculdade de Direito, Adilson de Oliveira, que integra a comissão *pro tempore* que administra a unidade, se diz surpreso com a reunião. Mas afirma que tentará garantir a discussão do processo eleitoral na próxima reunião da Congregação. “Achei que o debate seria tranquilo porque foi produzido um documento por uma comissão eleitoral paritária. Só que na Congregação os integrantes desta comissão acabaram discordando entre si. Certamente está havendo insatisfação em relação à proposta de professores que não participam da comissão. Vou lutar para que cheguemos a um consenso e possamos discutir com tranquilidade a proposta, para assim podermos realizar a eleição”, garantiu.

Expectativa

Há mais de um ano que a Faculdade Nacional de Direito vivia à deriva, devido às ações e atitudes do então di-

Funcionários mobilizados

A diretoria do SINTUFRJ esteve no dia 18 em reunião com os funcionários, na qual se discutiu o processo eleitoral e foi definida a defesa da paridade entre os três segmentos. As preocupações são grandes entre os técnicos-administrativos e ficou decidido que, após a aprovação do regimento, a categoria elaborará uma pauta de reivindicações e compromissos que será apresentada aos candidatos. “É importante que nossa categoria atue unificadamente, apresentando suas demandas enquanto parte específica do corpo social, tendo claro que o voto é individual, livre e secreto”, segundo a coordenadora do SINTUFRJ, Ana Maria Ribeiro. A dedicação exclusiva, para ser candidato ao cargo de diretor, já é uma prática comum nos processos eleitorais nas universidades brasileiras. Diferente de concurso público, em que o candidato somente no ato de posse deve estar conforme a legislação, num processo eleitoral o compromisso para exercer o cargo deve estar presente na sua vida acadêmica e na sua dedicação à instituição. A diretoria do SINTUFRJ considera importante que a discussão do regimento não seja pautada pelas possíveis candidaturas, mas sim pela histórica defesa do processo democrático.

retor Armênio Albino, que impôs difíceis momentos à comunidade da unidade. Estudantes e técnicos-administrativos foram os principais prejudicados por Armênio e os que mais lutaram pelo fim de sua “gestão”. A ferida aberta por Armênio ainda dói em muita gente, por isso a expec-

tativa de mudança com a eleição é enorme, porém acompanhada de muito receio. A tranquilidade nessa hora é o melhor caminho a seguir, e como querem os funcionários: esse é o momento de buscar unidade para a reconstrução da Faculdade de Direito.

É GREVE

PARA GARANTIR O DINHEIRO

NECESSÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DA 2ª ETAPA DO PLANO DE CARREIRA, TRABALHADORES DA UFRJ ADEREM À GREVE NACIONAL DA CATEGORIA

Os técnicos-administrativos da UFRJ decidiram, na assembléia de quinta-feira, dia 18, no auditório do Quinhentão, pela adesão à greve por tempo indeterminado, de acordo com o que foi aprovado na plenária nacional da Fasubra, que deflagrou o movimento a partir de quarta-feira, 17. Na manhã de sexta-feira foi instalado o Comando Local de Greve na UFRJ. Até a semana passada, 24 universidades federais já haviam aderido à paralisação nacional aprovada na plenária da Federação realizada dia 13; trabalhadores de 9 instituições votaram contra, e em 11 ainda não tinham tomado nenhuma posição. Em Brasília, o Comando Nacional de Greve (CNG) está instalado desde o dia 17.

O movimento grevista, por tempo indeterminado, é pela garantia de recursos orçamentários em 2006 para a implantação da segunda etapa da carreira (níveis de capacitação e incentivo de qualificação) e racionalização dos cargos; resolução imediata do Vencimento Básico Complementar (VBC) e atendimento da pauta específica de reivindicações protocolada no MEC, em julho, que inclui, entre outros benefícios, plano de saúde, reajuste do vale-alimentação e parcelamento das férias.

PRESSÃO - Na assembléia da última quinta-feira prevaleceu o entendimento da maioria presente de que o governo está enrolando nas negociações e que é preciso pressão das bases, assim como aconteceu para a conquista do atual Plano de Carreira. Um dos argumentos fortes é que até agora o Ministério do Planejamento, que é quem decide sobre orçamento, não tem se empenhado nas negociações - na última rodada de negociações entre Fasubra e Ministério da Educação sequer mandou representante.

Mas houve ponderações que caracterizaram de forma diversa a situação. Esses companheiros defendiam o adiamento do início da greve apresentando motivos como: necessidade de maior mobilização na UFRJ e na maioria das universidades para garantir fôlego ao movimento; atraso nos trabalhos de validação dos certificados pela Comissão de Enquadramento, na universidade, o que impede o governo de fechar um valor para fixar os recursos no orçamento; aguardar até 30 deste mês, quando termina o prazo do governo para definir e enca-

minhar ao Congresso Nacional, o recurso orçamentário necessário à segunda etapa de implantação da carreira. A assembléia rejeitou a inclusão como eixo do movimento de palavra de ordem relacionada à crise política.

FUNDO DE GREVE - A assembléia deliberou sobre o desconto para o Fundo de Greve. Em vez de 1%, como já é de praxe, a categoria vai contribuir com apenas 0,5% (meio por cento). Parte desse recurso (2,5%) será destinado ao Comando Nacional de Greve, conforme sempre. Vai se somar para as próximas despesas com o movimento, os R\$ 22 mil que sobraram da última greve.

ESSENCIALIDADE - A categoria também decidiu que caberá ao Comando Local de Greve definir sobre quais são os serviços essenciais da UFRJ que deverão funcionar durante a greve. Os técnicos-administrativos da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) se anteciparam e informaram na assembléia que o setor funcionará em esquema de plantão, atendendo às atividades específicas de saúde e realizando exames admissionais, e também prosseguirá com o Programa de

Avaliação dos Vigilantes até o dia 2 de outubro.

ATUAÇÃO NA GREVE - O sucesso dessa greve vai depender exclusivamente da adesão e participação da categoria. O seu caráter é de ocupação dos espaços da universidade para realização de atos e eventos de mobilização. Outra orientação da assembléia foi no sentido de o maior número possível de pessoas se revezar no Comando Local de Greve, que estará organizando e liderando as atividades, como, por exemplo, reuniões nas unidades em todos os *campi* da UFRJ de convencimento dos indecisos a assumir o seu papel neste movimento, que é o de respeitar a decisão da maioria de não entrar para trabalhar. A causa é justa; portanto, a vitória é certa, e só depende da disposição de todos em aderir à luta deflagrada.

PRÓXIMA ASSEMBLÉIA - Quinta-feira, dia 25 de agosto, às 10h, no auditório do Quinhentão, será realizada a primeira assembléia de avaliação do movimento na UFRJ em nível nacional, e também da reação do governo à radicalização da categoria em todo o país pelo atendimento das reivindicações.

CALENDÁRIO DA GREVE

Reunião do Comando Local de Greve, diariamente, às 14h.

Reunião de Unidade - Organização de Greve

22/8/2005 - Praia Vermelha - às 9h, no Sujinho

23/8/2005 - E.E.Ana Nery - às 11h

23/8/2005 - Prefeitura do Fundão - às 8h, no pátio da Prefeitura

24/8/2005 - Museu Nacional - às 11h, no Jardim das Princesas

25/8/2005 - Assembléia Geral - às 14h, no Quinhentão

26/8/2005 - Panfletagem e apresentação da peça "A Procura" - às 8h, no HU

Troca de Documentos

Veja, aqui, o teor dos ofícios trocados entre Fasubra e governo depois da decisão de deflagração da greve

Comunicação da Fasubra ao MEC

Ilmo. Sr.
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios - Ministério da Educação - Bl. L - 8º andar
NESTA
Cumpramos informar que a Plenária Nacional da FASUBRA, realizada no dia 13 de agosto de 2005, deliberou pela *deflagração da Greve da categoria por tempo indeterminado a partir do dia 17 próximo*

mo, tendo o seguinte Eixo Específico:
I - Garantia de recursos orçamentários no orçamento de 2006 para:
a) Implantação da 2ª etapa da carreira
- Níveis de capacitação
- Incentivo de Qualificação
b) Racionalização dos Cargos
II - Resolução imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)
III - Atendimento da Pauta específica de reivin-

dicações protocolada no MEC em 20/07/05, no tocante aos benefícios:
- Auxílio à Saúde
- Reajuste do Vale Alimentação
- Parcelamento das férias
- Demais itens da pauta
Atenciosamente,
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
LUIZ ANTÔNIO DE ARAUJO SILVA
Coordenação-Geral

Resposta do MEC

Aos: Presidentes da FASUBRA e do SINASEFE
Cc: Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
Diante da deflagração de greve dos servidores técnico-administrativos em educação ligados à Fasubra, comunicada pelo OF. 172/05 de 15 de agosto de 2005, o Ministério da Educação vem apresentar os seguintes fatos:

1 - O processo negocial entre o MEC e as entidades representativas dos servidores técnico-administrativos em educação em nenhum momento foi interrompido.

O MEC tem se posicionado fortemente no encaminhamento dos pontos acordados com as entidades, seja na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, ou na Mesa Setorial de Negociação Permanente, no sentido da criação de propostas objetivas referentes à implantação de todas as etapas da carreira, busca de alternativas para as correções de distorções identificadas, e do encaminhamento das pendências de regulamentação da Lei 11091/2005.;

1 - Com o objetivo de fazer avançar o processo de negociação, o MEC estabeleceu uma agenda de negociação para o período de julho a setembro de 2005, materializada pelo Ofício 392/2005 de 7/7/2005 encaminhado e acatado pelas entidades com os seguintes pontos:

· Implantação do enquadramento por capacitação e o incentivo a qualificação a partir de janeiro de 2006. Fato que depende da finalização dos trabalhos das Comissões de Enquadramento para a elaboração exata dos cálculos, para a negociação final da proposta de orçamento;

· Estruturação de um grupo de trabalho específico entre o MEC, ANDIFES, e bancada sindical para no prazo de 30 dias apontar soluções para eventuais distorções encontradas na implantação da matriz hierárquica da carreira. Este grupo foi constituído e já elaborou documento encaminhado às IFE para as correções das inconsistências dos Vencimentos Básicos Complementares-VBC encontradas. É importante ressaltar que já apresentamos estudos e alternativas que precisariam ser melhor aprofundadas para superar o impasse do VBC, que atinge principalmente o pessoal do nível de classificação E (antigo Nível Superior);

· Negociação para a ampliação dos benefícios sociais como a concessão do auxílio saúde para os técnicos administrativos em educação. Esta proposta está em discussão com o Ministério do Planejamento;

· Constituição de um grupo de trabalho para discutir a política relativa às terceirizações no âmbito das Instituições

Federais de Ensino através da Portaria nº 2.520/MEC publicada do DOU de 15/7/2005.

2 - Verifica-se que os eixos específicos apontados pela Fasubra para a deflagração de greve estão todos sendo objeto de negociação da Mesa Setorial de Negociação do MEC, tendo a previsão de fechamento das propostas para 2006, inclusive internamente no Governo, até o final de setembro de 2005.

Face ao exposto entendemos que com a deflagração da greve, direito legítimo dos trabalhadores, o processo negocial foi rompido, **fato que compromete os encaminhamentos até aqui acordados**.

Cabe finalmente lamentar que um processo exitoso, do ponto de vista da relação democrática entre o governo e as entidades sindicais, seja interrompido num momento decisivo.

Diante disto, fazemos um apelo para que a Fasubra retome o diálogo, suspendendo a deflagração da greve a fim de não prejudicar o processo em curso.

Ronaldo Teixeira da Silva

Secretário-Executivo Adjunto

Jairo Jorge da Silva

Secretário-Executivo

POSIÇÃO DO CNG SOBRE O OFÍCIO DO MEC

O governo em resposta ao ofício de nº 172/05 de 15 de agosto de 2005, onde a FASUBRA comunica ao MEC que a sua base entraria em greve no dia 17, encaminhou documento (anexo), relatando, a sua visão sobre o processo de negociação, onde segundo o governo, não foi interrompido pelo governo. O conteúdo do documento retrata todo o processo de diálogo aberto com o MEC, afirmando que com a deflagração da greve o processo negocial foi rompido, entendendo que este fato compromete os encaminhamentos até aqui acordados, apelando a FASUBRA que suspenda a deflagração da greve.

Diante deste documento o CNG entendeu: 1) ser necessário dar uma resposta ao governo, 2) apresentar a sua visão para a categoria, que segue abaixo.

A indignação e a revolta da categoria com o atual quadro nacional legítima uma ação ofensiva e impõe a nós todos uma intervenção na conjuntura no sentido de contribuir para uma saída pró-trabalhador(a). A plenária última, no seu conjunto compreendeu (vinte e quatro aprovaram o indicativo, nove contrárias e nove não apresentaram posição, considerando as entidades federais), com diferenças em relação, a existência ou não de um processo de negociação, que não estava trazendo os resultados esperados. A lentidão e falta

de objetividade, a indefinição do MEC em relação à garantia de recursos junto ao Planejamento e às declarações da bancada governista expressando insegurança na existência ou não, das dotações orçamentárias necessárias para a implantação da segunda etapa do enquadramento e resolução do VBC, definiu que era chegada a hora de deflagrarmos a GREVE. É importante ressaltar que o prazo estabelecido pelo governo para a agenda de negociação, até setembro, não foi uma opção conjunta com a federação, como está dito no item 2, e sim, um comunicado do MEC, materializado no ofício 392/05 de 7/7/2005.

O atual quadro conjuntural leva necessariamente a uma resposta mais radicalizada por parte de nossa categoria. Entretanto precisamos superar este primeiro momento que é muito importante. Nesta fase da greve o mais importante é a consolidação do movimento. É preciso primeiro fazer com que o maior número de trabalhadoras e trabalhadores estejam na greve. É preciso estabelecer uma política de rotina nos CLG's a partir de uma agenda vigorosa.

Precisamos nesta fase sermos ofensivos na política de convencimento da opinião pública de que nossa greve é legítima. Precisamos conversar com a sociedade neste momento mais do que conversar com o Governo. A opinião pública

favorável à greve é a nossa "blindagem" contra o Governo. Portanto dois são os desafios que devem ser enfrentados pelo Comando Nacional de Greve e pelos Comandos Locais: 1) implantação da greve (Na atual conjuntura uma greve fraca nos levará a capitulação) e, 2) disputa da opinião pública (sem esta iremos para o isolamento).

Alguns defendem que a conjuntura é favorável porque o Governo está fragilizado, o que pode facilitar as negociações apesar da mídia estar voltada para as denúncias de corrupção. Outros têm a opinião de que a conjuntura impede a realização de uma greve vitoriosa. Este debate não nos interessa neste momento tendo em vista de que a greve está deflagrada. Precisamos é conduzi-la a um termo de vitória.

Finalizamos dizendo que a greve é profundamente legítima e expressa a indignação de nossa categoria com o "o mar de lama" e tem na sua pauta de reivindicação, no centro dela, a permanente luta pela carreira (projeto que se reveste de importância estratégica para quem quer democratizar o Estado).

Esta luta, neste momento conjuntural exige mais uma vez demonstrarmos nossa histórica capacidade de luta e capacidade política de unidade e construção das saídas para o conflito. Fizemos isto em 2003 e 2004. Não blefamos e não brincamos de greve. Se o Governo quer o confronto, ele o terá...

Categoria vai eleger Comissão Interna

Através da Portaria nº 2.519, de 15 de julho (com as alterações realizadas pela Portaria nº 2.562, de 21 de julho de 2005), o MEC instituiu a Comissão Interna de Supervisão da Carreira (CISC), que será composta por representantes dos servidores que optaram, eleitos entre seus pares em número de no mínimo três e no máximo 20 representantes, respeitada a proporção mínima de 1 representante a cada mil ou parcela maior do que 500 servidores ativos aposentados e instituidores de pensão.

Determina, ainda, que a Comissão Interna de Supervisão será eleita de forma nominal, por voto direto, em pleito coordenado por comissão eleitoral formada paritariamente por membros indicados pela administração superior da IFE e pela entidade sindical. A Comissão deverá ser instalada no prazo de até 60 dias a contar da publicação da portaria, ou seja, 19 de setembro, por ato publicado no boletim interno da instituição.

Entre outros critérios definidos pela portaria consta que: os membros da Comissão Interna terão mandato de três anos e que caberá a cada instituição disponibilizar estrutura física, material e de pessoal para o funcionamento.

ATRIBUIÇÕES - Entre suas atribuições está: acompanhar a implantação do plano e o trabalho da Comissão de Enquadramento; auxiliar a área de pessoal e os servidores; fiscalizar e avaliar sua implementação; propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias; apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento da instituição, seus programas de capacitação, de

avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; avaliar anualmente as propostas de lotação da instituição; acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais propostos pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram e examinar casos omissos e encaminhá-los à Comissão Nacional.

Esta Comissão Interna de Supervisão da Carreira, conforme desejo do movimento, terá um funcionamento e papel bem diferente do que a experiência anterior com as CPPTA's. Será muito semelhante ao atual funcionamento dos conselhos superiores, onde os membros continuam lotados em suas unidades, mantendo suas atividades funcionais, sem retribuição financeira adicional, e participando das reuniões, podendo ter câmaras ou subcomissões para organização das atividades.

NA UFRJ - Na sexta-feira passada em reunião do SINTUFRJ, representado por Ana Maria Ribeiro, Neuza Luzia e Nilce Correa, da diretoria e Francisco Assis pelo Comando Local de Greve, com o Chefe de Gabinete do Reitor, João Eduardo do Nascimento e o Superintendente Geral da PR-4, Roberto Gambine, foi construída a proposta de uma comissão eleitoral com seis pessoas, três indicados pela Reitoria e três pelos trabalhadores. Foi estipulado o prazo até 3/09, para apresentação dos nomes e constituição da Comissão Eleitoral. A diretoria do SINTUFRJ levará para assembléia geral a eleição dos três membros para a Comissão Eleitoral que será encarregada de definir o regimento e calendário Eleitoral.

2ª Etapa do Enquadramento na UFRJ

Em reunião do SINTUFRJ com a Reitoria na sexta-feira, também foi tratado o fato de que a Comissão de Enquadramento da UFRJ ainda não concluiu a validação dos certificados. O prazo, que terminou no dia 15 de agosto e foi prorrogado pelo MEC para o dia 22 de agosto, nesta segunda, não foi suficiente para a conclusão dos trabalhos, o que pode prejudicar os trabalhadores da UFRJ. Principal-

mente o caso de 800 aposentados em que seus cursos estavam em análise da PR-4, que só agora foram autorizados, e não estão lançados no sistema. Diante do quadro, foi proposto um mutirão da Comissão de Enquadramento no fim de semana, para garantir a inclusão destes trabalhadores no sistema e de solicitar à Comissão de Enquadramento que encaminhe ao MEC, na segunda-feira,

a solicitação para validação geral de todos os dados já lançados, e que possíveis correções possam ser feitas durante o próximo período.

Cabe ressaltar que o MEC afirmou na mesa de negociação que para colocar os recursos financeiros no orçamento, para a segunda fase do nosso enquadramento, dependia que as universidades concluíssem esse trabalho.



CARTA ABERTA

FUNCIONÁRIOS DA UFRJ EM GREVE

A indignação e a revolta da categoria com o atual quadro nacional legítima uma ação ofensiva e impõe a todos uma intervenção na conjuntura no sentido de contribuir para uma saída para os trabalhadores. Sendo assim, a última plenária da FASUBRA (entidade nacional dos trabalhadores em educação) - considerando a lentidão e falta de objetividade, a indefinição do MEC em relação à garantia de recursos junto ao planejamento e as declarações da bancada governista expressando insegurança na existência das dotações orçamentárias necessárias para a implantação da 2ª fase de nossa carreira - deliberou em sua maioria pela deflagração da greve.

Uma resposta radicalizada corresponde ao quadro de descaso do atual governo para com as reivindicações dos trabalhadores - enquanto assistimos aos enormes desvios de verbas e escândalos de corrupção - ao mesmo tempo em que o governo promove cortes em todas as áreas sociais, principalmente na educação e na saúde, dando continuidade ao projeto neoliberal.

Nossa greve é profundamente legítima e expressa a indignação de nossa categoria com esse "mar de lama", tendo como centro a luta permanente pela carreira. Se o governo quer confronto, ele o terá!

Agora é luta!

Comando Local de Greve / Sintufrj

Minha posição sobre a greve

Neuza Luzia Pinto*

A assembléia geral dos funcionários aprovou a deflagração da greve por tempo indeterminado. Enquanto diretora do Sindicato, cabe-me acatar e encaminhar a deliberação da categoria, e assim o farei. Superando todas as minhas dificuldades de encaminhar algo em que não acredito, pois para mim política se faz com paixão, emoção e acima de tudo com verdade. Foi assim que tentei pautar toda minha trajetória no movimento sindical.

Por isso, não posso deixar de me dirigir ao conjunto dos trabalhadores da UFRJ para externar as razões que me fizeram defender na assembléia minha posição contra a deflagração da greve neste momento.

Em primeiro lugar para que uma greve tenha alguma perspectiva de vitória é necessário uma direção com capacidade de superar suas diferenças e encaminhar unitariamente o movimento. Além disso, a unidade na base da categoria é fundamental para construirmos um movimento forte com capacidade de enfrentar os embates que a greve impõe, por mais adversa que seja a conjuntura.

Contradições

Infelizmente esta não é a



Foto: Niko Júnior

“A unidade na base da categoria é fundamental para construirmos um movimento forte com capacidade de enfrentar os embates que a greve impõe, por mais adversa que seja a conjuntura.”

realidade que se tem hoje na FASUBRA. Há um grau de divisão interna que inevitavelmente se reflete nas bases.

Acredito que justamente por causa dessa divisão tenhamos assistido à nossa Federação encaminhar, ao longo de um curto espaço de tempo, propostas contraditórias. Pois ao mesmo tempo

em que a FASUBRA concorda com o calendário de negociação, proposto pelo Governo, que vai de julho a setembro, indica a greve porque o calendário não pode extrapolar agosto, por causa da definição do orçamento.

Os informes que recebemos dão conta que o Governo afirma que, para colocar

na previsão orçamentária os recursos financeiros para a segunda fase do nosso enquadramento, é necessário que as Comissões de Enquadramento encerrem seus trabalhos de validação dos certificados dos cursos, para que se saiba qual é o total deste custo. O prazo final é 22 de agosto e faltam duas universidades: a UFRJ e Federal de Goiás.

Em relação aos dois outros pontos centrais da pauta, existem, na minha opinião, problemas que podem fragilizar, e muito, nosso movimento. Pois em relação à questão da racionalização dos cargos essa discussão está somente no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão, ou seja, não foi sequer apresentada ainda pela FASUBRA, na mesa de negociação, e está colocada como reivindicação da greve. Isto é, sem dúvida, um elemento de preocupação.

A outra questão que me parece muito séria é a solução para o problema gerado pelo VBC. Pois fora o aumento do piso e do step, algumas propostas que foram apresentadas desconstituem toda a lógica de valorização profissional que está embutida na nova carreira. O que, inevitavelmente, pode aprofundar a divisão em nossa categoria.

Essas são algumas das

questões que me fizeram defender que precisávamos reunir melhores condições para deflagrarmos um movimento grevista.

Alguns companheiros tentaram reduzir meus questionamentos à crise política em que vive o país neste momento. Isto não faz sentido. A nossa greve, infelizmente, não tem esse poder. Pois nem a greve da saúde, que tem muito mais apelo social, conseguiu interferir na conjuntura, obrigando aqueles trabalhadores a fecharem um acordo que acentua a discriminação entre ativos e aposentados naquela categoria.

O que pode, sim, interferir nesta crise é a construção, através dos movimentos organizados, de uma grande greve geral, que exija do Governo mudanças claras na política econômica que continua favorecendo a elite brasileira e acentuando a pobreza e a miséria em nosso País, e prisão para todos os corruptos.

Reafirmo que estarei sempre respeitando as deliberações dos fóruns de nossa categoria, mas não deixarei de defender os meus pontos de vista. E estarei dando minha contribuição para que possamos superar nossos problemas e arrancar vitórias desta greve.

Neuza Luzia Pinto – Fac. Medicina, diretora SINTUFRJ

BRASIL

Palocci entra na crise

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que vinha se mantendo longe da crise, fez a sua estréia na última sexta-feira. Ele foi acusado pelo seu ex-secretário de governo na época em que era prefeito de Ribeirão Preto, Rogério Buratti, de ter participado de um esquema de corrupção. Antônio Palocci é visto pelo mercado como símbolo da manutenção da política econômica em vigor, e isso dei-

xou investidores inseguros.

As acusações de Rogério Buratti foram reveladas pelo promotor Sebastião da Silveira. Ele contou que, durante o depoimento, Buratti acusou Palocci de receber 50 mil reais mensais de uma empresa da área de limpeza pública quando governou a cidade, em 2001 e 2002. Ainda conforme o relato do promotor, o ex-assessor revelou que a soma era recebida

pelo então secretário de Fazenda de Ribeirão, Ralf Barquete Santos, a mando de Palocci, e depois entregue ao ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Buratti está preso desde quarta-feira da semana passada, acusado de lavagem de dinheiro, e foi ouvido por promotores em Ribeirão Preto, sob o benefício da delação premiada, para obter redução de pena. Em nota, o

Ministério da Fazenda afirmou que Palocci “nega com veemência a veracidade da informação de que recebeu recursos de empresa Leão & Leão quando exercia o cargo de prefeito do município de Ribeirão Preto”.

Na sexta-feira, logo que as declarações do promotor foram veiculadas, a Bolsa de Valores de São Paulo chegou a cair 2,86 por cento. Palocci é homem de confiança dos

empresários, banqueiros e organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na mesma nota, o ministério informou ainda que Palocci recebeu contribuições em sua última campanha para a prefeitura de várias empresas, o que estaria registrado na prestação de contas entregue ao Tribunal Regional Eleitoral, conforme a lei. Portanto, tudo legal.

A secretaria do Conselho de Administração do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho encaminhou, no dia 9, para apreciação dos conselheiros o regulamento da consulta à comunidade para escolha do diretor-geral do Hospital, aprovado na reunião de 25 de julho. A minuta, apreciada e aprovada inteiramente, mas não por unanimidade, seria, segundo membros do colegiado, uma linha mestra que poderia até mudar na próxima reunião, nesta segunda-feira, às 14h. Há semanas o Jornal do SINTUFRJ tem buscado informações sobre o processo eleitoral no hospital. Mas os encaminhamentos vem sendo feitos cercados de sigilo. Na semana passada obtivemos informações parciais sobre o que vem decidindo o conselho.

A reivindicação por representação dos técnicos-administrativos no Conselho de Administração do HU é antiga, prometida quando da alteração do regimento interno, mas até hoje não efetivada. Na gestão do reitor Carlos Lessa, o SINTUFRJ era convidado para as reuniões, o que deixou de acontecer já no período de transição.

O documento apresentado aos conselheiros, para orientar a Comissão Eleitoral na consulta à comunidade, de onde sairá a lista tríplice a ser encaminhada ao reitor para escolha do diretor (na gestão de dezembro de 2005 a dezembro de 2009), prevê consulta nos dias 7, 8 e 9 de novembro e ponderação de 50% de peso para docentes, 30% para técnicos-administrativos e 20% para estudantes.

Reitor

O reitor Aloísio Teixeira, que pretende estar à frente do processo de sucessão do HU, no papel de presidente do Conselho de Administração, não pôde participar da última reunião, que tinha na pauta a discussão do regimento. Ele cogita da possibilidade de antecipar as eleições para outubro. Aloísio disse que sua participação será para zelar para que o processo seja democrático.



CADÊ O RESPEITO. A eleição no principal hospital universitário da UFRJ não quer considerar o papel dos seus funcionários

Funcionários querem paridade nas eleições

Normas propostas

A lista com o resultado da consulta deverá ser encaminhada ao Conselho de Administração do HU, que a terá como base para elaborar a lista tríplice a ser encaminhada ao reitor.

O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral formada por três representantes dos segmentos da comunidade acadêmica, com seus respectivos suplentes.

As inscrições serão recebidas pela Divisão de Recursos Humanos de 3 a 7 de outubro, das 8h às 15h.

São votantes: professores em efetivo exercício no HU, servidores técnico-administrativos pertencentes ao quadro permanente do HU, alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, mestrado e doutorado (*stricto sensu*) e residência médica. A Comissão divulga a relação de votantes pelo menos 15 dias antes do pleito.

Debates: A comissão organizará debates com os segmentos discente, técnico-administrativo e docente, e um debate final aberto a todos os segmentos.

As mesas receptoras funcionarão das 8h às 17h. Para o segmento técnico-administrativo será das 7h às 19h.

A apuração será pública, a partir das 9h de 10 de novembro no anfiteatro 4E44 do HU até a proclamação dos resultados.

Serão atribuídos os seguintes pesos a cada segmento da comunidade: 50% para docentes, 30% para técnicos-administrativos e 20% para discentes.

O Conselho de Administração incluirá na lista tríplice exclusivamente candidatos que tenham se apresentado à consulta. No caso de haver menos de três candidatos, o Conselho completará a lista, destacando no relatório ao reitor este fato, com o histórico da posição de cada um na consulta, e de seu resultado global.

PARIDADE JÁ

Será um verdadeiro desrespeito à democracia universitária se esta proposta (50%, 30% e 20%) for confirmada pelo Conselho de Administração do HU. Como unidade hospitalar, o HU é órgão suplementar e não está, portanto, sequer sob a égide da Lei nº 9.192/96 – que determina os malfadados e já repudiados 70% para os docentes. É inaceitável que os seus cerca de 3.000 técnicos-administrativos que participam da construção cotidiana da unidade e, a duras penas, têm tentado manter a instituição em pé sejam tratados com papel secundário na superação e reconstrução do Hospital. A defesa da paridade é, no mínimo, o reconhecimento do papel dos técnicos-administrativos, e é esta a proporção que queremos ver aprovada no Conselho de Administração. Outra questão já superada nos debates nacionais é o fim das listas tríplices e a afirmação da eleição direta para os dirigentes. O processo democrático na UFRJ passa pelo encaminhamento ao reitor do nome do mais votado no processo paritário, para a posse. Esperamos que a definição do colégio eleitoral espelhe, de fato, os que realmente estão em efetivo exercício e têm aulas no HU, sem artificialidades e com a concordância das três categorias. O SINTUFRJ discutirá com a categoria dos técnicos-administrativos lotados no HU o processo eleitoral e de que forma será a sua participação no processo.